



**REPENSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS: DESEMPENHO DE PORTUGAL E
BRASIL NO ÍNDICE GLOBAL DA PAZ**

**RETHINKING PUBLIC POLICIES: PERFORMANCE OF PORTUGAL AND
BRAZIL IN THE GLOBAL PEACE INDEX**

Verônica Salgueiro do Nascimento¹
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Antônio Alberto Freitas²
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Magda Costa Silva³
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Tamara Braga Sales⁴
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Jeferson Antunes⁵
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Helena Maria Águeda Marujo⁶
Universidade de Lisboa

NASCIMENTO, V. S.; FREITAS, A. A.; SILVA, M. C.; SALES, T. B.;
ANTUNES, J.; MARUJO, H. M. Á. REPENSANDO POLÍTICAS
PÚBLICAS: Desempenho de Portugal e Brasil no Índice Global
da Paz. **Revista Ciência e Sustentabilidade**, Juazeiro do Norte,
V.7, N°2, p.65-81, jul./dez. 2023.

¹ Verônica Salgueiro do Nascimento. Psicóloga. Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Ceará. E-mail: vesalgueiro@ufc.br

² Administrador Público. Pesquisador Funcap. Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP/UFC). E-mail: albertofreitas476@gmail.com

³ Advogada OAB/CE. Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (PPGAPP/UFC). E-mail: magdacosta286@gmail.com

⁴ Enfermeira. Mestra em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP/UFC). Doutoranda em Saúde Coletiva (UECE). E-mail: tamas.br@gmail.com

⁵ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA). E-mail: jeferson.kalderash@gmail.com

⁶ Psicóloga. Professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: hmarujo@iscsp.ulisboa.pt

RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em analisar os resultados do relatório do Índice Global da Paz (IGP) sobre Brasil e Portugal, formulando contribuições para a reflexão sobre novas políticas públicas nas áreas prioritárias, em especial no que se refere à promoção da Paz Positiva. Neste estudo, os resultados de Portugal e Brasil foram estudados mais detalhadamente constituindo um espaço dialógico e reflexivo sobre algumas experiências, a partir do foco da promoção da Paz Global. O estudo adotou o paradigma da pesquisa qualitativa e assume o caráter exploratório, buscando seguir também uma inspiração etnográfica juntamente com a análise dos resultados de um levantamento bibliográfico. A pesquisa foi iniciada no primeiro semestre de 2019 sendo fruto de um estágio de capacitação vinculado ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa. Os resultados indicam a necessidade de tornar o instrumento mais conhecido para ampliar sua contribuição para o desenho de novas políticas públicas mais próximas do referencial da Paz Positiva. Acreditamos em sua potência e desejamos que nosso trabalho contribua, em parte, para a sua maior divulgação.

Palavras-chave: Índice Global da Paz. Políticas Públicas. Brasil. Portugal. Paz Positiva.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the results presented by the Global Peace Index (GPI) report on Brazil and Portugal, formulating contributions for a reflection on new public policies in areas that the Index demonstrates that greater attention is needed, especially in regarding the promotion of Positive Peace. Particularly, the results of Portugal and Brazil were studied in more detail and we created a dialogical and reflexive space on some experiences, from the focus of the promotion of Global Peace. The study adopted the paradigm of qualitative research and assumed the exploratory style. We also seek to follow an ethnographic inspiration along with the analysis of the results of a bibliographical survey. The research was carried out in the first half of 2019 and as the fruit of a training course linked to the Higher Institute of Social and Political Sciences of the University of Lisbon. The results indicate the need to make the instrument more widely known to increase its contribution to the design of new Public Policies closer to the Positive Peace framework. We believe in its potency and hope that our work contributes, in part, to its greater dissemination.

Keywords: Global Peace Index. Public policy. Brazil. Portugal. Positive Peace.

1 INTRODUÇÃO

Aprender com a experiência de outros sempre é uma boa medida para repensar caminhos, a fim de lidar com grandes desafios (FREIRE, 2005). Por isso, o diálogo que propomos entre realidades de países distintos, como Portugal e Brasil, nações com vínculos fortes e complexos ao longo da história, torna-se relevante no contexto atual de acirramento da luta por garantias dos direitos sociais.

A ideia desta investigação surgiu a partir do contato entre as/os autoras/es deste artigo, por ocasião de um estágio de capacitação que foi realizado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade de Lisboa, de fevereiro a maio de 2019. Assim, este artigo foi um dos produtos desse processo de capacitação e do projeto de pesquisa Práticas de Cuidado, Bem Viver e Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Em complemento ao dantes posto, esta pesquisa originou-se do interesse em conhecer melhor o Índice Global da Paz (IGP), instrumento este que avalia as condições necessárias para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica, tendo como fundamento os Pilares da Paz Positiva. Com isto, a relevância deste estudo consiste em trazer uma maior visibilidade ao estudo sobre o IGP.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que envolveu um levantamento detalhado nas bases de dados *Scielo*, *Scopus* e *Google scholar* no mês de março de 2019. A busca foi focada em artigos relacionados ao Índice Global da Paz (IGP). Os resultados revelaram apenas dois artigos que mencionam o IGP, sem identificar nenhum título específico dedicado ao índice. Esses dados indicam uma limitada presença do IGP na literatura acadêmica, destacando a necessidade de mais investigações e aprofundamento sobre esse tema em pesquisas futuras.

O objetivo deste estudo consiste em analisar os resultados do relatório do Índice Global da Paz (IGP) sobre Brasil e Portugal, formulando contribuições para a reflexão sobre novas políticas públicas nas áreas prioritárias, em especial no que se refere à promoção da Paz Positiva

O texto está composto por 6 seções, incluindo essa com as primeiras considerações. Na segunda seção foram explorados os fundamentos da Paz Positivista, destacando os estudos da paz e contextualizando a aplicação desses princípios em Portugal e no Brasil. A terceira seção abrange o IGP, apresentando resultados gerais em 2022 e analisando o desempenho de Portugal e Brasil ao longo dos anos. A quarta seção sistematiza o cenário específico para Lisboa e Fortaleza, sendo apresentados retratos detalhados de cada localidade. A quinta seção discute as contribuições do estudo para a formulação de novas políticas públicas. A última sessão assinala reflexões que incentivam a continuidade dos estudos para aprimorar a proposta aqui delineada.

2 PAZ POSITIVA: FUNDAMENTOS DO IGP

Iniciamos esta seção apresentando reflexões relevantes para uma introdução necessária ao estudo crítico dos fundamentos da Paz Positiva. Importante este momento para situar o leitor num contexto amplo, em que se insere a complexa temática, bem como para se pensar a Paz Global.

Além disso, ofereceremos uma contextualização no âmbito internacional, especificando experiências no contexto português e brasileiro, sobre as contribuições de autores de referência desta temática.

Assim, a pesquisa emerge como um recurso fundamental para os formuladores de políticas, acadêmicos e demais interessados que buscam aprimorar o panorama da paz e segurança em nível nacional e internacional.

2.1 Estudos da paz

Os Estudos da Paz nascem no período histórico posterior a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1950, estudos sobre a paz tornam-se mais evidentes. Nas décadas de 1950 e 1960 vão sendo desenvolvidas “duas matrizes contrastantes nos estudos para a paz” (PUREZA, 2011, p.5).

A primeira vertente ganha forças nos Estados Unidos da América (EUA). Nesse momento, a paz passa a ser um conceito negativo quando definida como ausência de conflito (JARES, 2002).

A segunda vertente se amplia por volta de 1970, com as contribuições de Galtung (1969). Em seus estudos, o referido autor questiona o conceito de paz como ausência de guerra e desenvolve a compreensão de que a paz seria a antítese da violência. Nesse primeiro momento, de formulação do conceito de Paz Positiva, o autor compreendia violência apenas com sua dimensão física. Posteriormente, ele reformula essa visão e inclui o aspecto da violência estrutural, enraizada na sociedade.

Em 1990, Galtung (1969) propõe nova formulação, acrescentando o elemento da violência cultural, completando o tríptico aspecto da categoria “violência” a ser contemplado nas análises e busca da construção da paz.

Galtung (1969) postulou três princípios básicos para uma aproximação ao estudo da paz. O primeiro deles determina que o termo paz não deve ser pensada apenas em sua dimensão pessoal ou individual, devendo estar relacionada a fins sociais. Essa forma de conceber a paz dever ser propagada para que cada vez mais pessoas possam compreender a paz sob este ângulo fundamental.

Em continuidade, o segundo princípio diz respeito ao alcance da dimensão social da paz (GALTUNG, 1969). Sobre esse princípio, o referido autor afirma que pode ser difícil, mas não impossível de alcançá-la. Atualmente, seria válido reforçar tal posicionamento perante tantos fatos graves que possam incorrer em uma postura de descrédito. É importante renovar nossas crenças em um horizonte utópico, que nos faz empreender ações para contribuir na diminuição dessa distância para o alcance da paz em toda sua abrangência.

Por fim, o terceiro princípio vem para afirmar que a compreensão de que a paz é a ausência de violência deve ser mantida como válida (GALTUNG, 1969). Nessa perspectiva, o entendimento de paz transcende a mera cessação de hostilidades, abrangendo dimensões sociais, econômicas e políticas, incentivando uma abordagem holística que considere tanto as manifestações evidentes quanto as estruturais da violência para promover uma coexistência pacífica e sustentável.

A partir dessas considerações iniciais, outros investigadores dedicaram-se a tarefa de desenvolver estudos sobre a paz. Podemos afirmar que um posicionamento que reflete o momento atual seria o de que não existe uma ideia universal sobre o que é paz. De acordo com outro estudo sobre cultura de paz, Wilberg (2018, p.58) afirma: “não haverá nunca um consenso em torno da expressão”.

Outros pesquisadores, como Freire e Lopes (2008), chamam a atenção para ampliação de conceito e pensar em Cultura de Pazes, trabalhando assim, com a ideia de *Continuum* de pazes e violências. Esses mesmos autores revelam a preocupação muito atual para que se busque um equilíbrio dinâmico entre o binômio investigação e ação.

O que tem sido feito com relação aos estudos sobre a Paz em Portugal?

2.2 Contexto Português

Para citarmos uma primeira experiência, foi criado recentemente na Universidade de Lisboa, o curso de Especialização em Educação para a Paz Global Sustentável, que traz o mesmo nome da Cátedra da Unesco, de modo que a primeira turma iniciou em outubro de 2019. A experiência vem tendo grande êxito, muitos projetos e intervenções foram implementadas a partir do trabalho realizado pelo grupo de alunos.

O curso é ofertado pela Universidade de Lisboa, especificamente pelo ISCSP, que é um polo universitário localizado no Alto da Ajuda, próximo ao parque verde de Monsanto, do alto do bairro temos uma vista linda, que encanta a todos que acessam aquele sítio. É um centro muito dinâmico e com um lema principal: “Valorizamos Pessoas”. O Instituto oferece 10 licenciaturas, 16 cursos de mestrado, 10 doutoramentos e 24 cursos de especialização.

Um exemplo dessas atividades já desenvolvidas pela primeira turma em parceria com outras instituições, que pude acompanhar, foi o planejamento e execução do *Happiness 20 (H20) Summit*. O encontro aconteceu no salão nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, no dia 12 de março de 2019. Foi sua terceira edição e contou com a participação na Organização da *Free Balance* e o apoio da Cátedra da UNESCO da Educação para a Paz Global Sustentável. Vários representantes mundiais, pesquisadores e sociedade civil se fizeram presentes para discutir temas como: O Futuro das Cidades; Coalisção para a Felicidade Global; Valores Humanos para a Paz e o bem-estar, dentre outros.

A finalidade maior do evento foi a de que o diálogo gerado pudesse servir de plataforma para troca de descobertas, conhecimentos construídos por práticas e reflexões que encontraram solo fértil para o seu compartilhamento.

Além do evento *Happiness 20 (H20) Summit*, torna-se pertinente mencionar a experiência de aulas abertas do Mestrado em Psicologia Positiva, vivenciada pela primeira autora deste estudo. Uma das aulas teve como tema “*Community based interventions to promote eudaimonic well-being*” com a professora Chiara Runi, da Universidade de Bolonha. Outra aula foi com o professor Jesus Damián, que compartilhou sua experiência de trabalho com jovens em Madri, a partir da prática da “Caligrafia para o Bem”. Essa prática visa ativar o potencial criativo e possibilitar o encontro com o Belo e o Riso.

As aulas citadas abordam conteúdos bem expressivos sobre temáticas criativas e necessárias. Gostaríamos de ressaltar que essas aulas abertas acontecem pelo menos uma vez por mês e cumpre o compromisso de amplo acesso a comunidade, mesmo sendo promovido por um curso que é pago pelos estudantes. Essas aulas abertas são organizadas pelas turmas do Mestrado de Psicologia Positiva e da Especialização em Educação Global para a Paz Sustentável.

Uma outra iniciativa vinculada ao Mestrado de Psicologia Positiva é a oferta de cursos de formação para educadores e comunidade em geral. O Curso de Mindfulness foi ofertado no primeiro semestre de 2019. Entendemos que a extensão das atividades da pós-graduação para a comunidade é prioridade. A oferta de cursos sobre temáticas que tem sido alvo de pesquisas para contribuir com a formação dos educadores se reveste de uma importância fundamental. Universidade e demais atores da cena social podem desenvolver esforços em conjunto para reforçar vínculos e criar/recriar melhores formas de intervenção.

E no Brasil? Como está essa relação entre pesquisa/teoria e prática/ação?

2.3 Contexto Brasileiro

O interesse dos estudiosos tem crescido no cenário brasileiro. Nas duas últimas décadas, pesquisas envolvendo a temática da paz estão em evidência. No entanto, de acordo com Oliveira (2017, p. 06), “ainda é notável a marginalidade de disciplinas no meio acadêmico brasileiro e a escassez de bibliografia produzida no Brasil acerca da temática em foco”.

Realmente, no cenário brasileiro, percebe-se o maior interesse em aprofundar pesquisas acerca de temáticas envoltas pela complexidade da categoria Paz. Talvez o desafio maior seja o aprimoramento da relação entre o conteúdo pesquisado e as formas de aplicação por meio de atividades que promovam ações alinhadas com a ideia de paz.

Um dos pioneiros no Brasil que defendeu, em 2003, uma tese de doutoramento na área foi Marcelo Rezende Guimaraes. Sua pesquisa buscou investigar o conceito de Educação para Paz, aprofundando seus sentidos e dilemas, a partir de uma base filosófica. Com uma formação e atuação religiosa, ele desenvolveu vários projetos com a metodologia Oficinas Para a Paz, em Londrina (GUIMARÃES, 2002).

No âmbito da pesquisa acadêmica, podemos citar o Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UNB), especificamente o Laboratório de Microgênese das Interações Sociais (LABMIS), que vem trabalhando várias temáticas relacionadas à cultura de paz a partir de uma perspectiva sociocultural e dialógica. Em 2012, o Laboratório completou 15 anos e lançou uma coletânea de trabalhos em formato de livro. A obra teve como princípio contribuir para a construção de uma nova agenda no campo de valores no cultivo da paz (Branco e Oliveira, 2012).

Em Fortaleza, vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira,

vinculado à UFC, temos o grupo Cultura de Paz, Juventudes e Espiritualidade. O trabalho deste grupo existe há mais de uma década e tem realizado anualmente o Seminário Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade. “Temos nossos sonhos. Cremos em possibilidades. Há esperanças que nos movem” (MATOS, 2017, p.10).

Um dos trabalhos de pesquisa realizados no contexto do grupo resultou na tese de doutoramento realizada por uma das autoras deste artigo, que estudou a promoção da cultura de paz nas escolas sob a ótica das juventudes, buscando dialogar com os jovens estudantes e identificar sugestões para a construção da paz no cenário educacional público e privado. O aporte teórico principal foi Paulo Freire (2005), no que se refere a sua proposta de Educação Política, Libertadora e Dialógica, ao indicar que “a Paz tem sua grande possibilidade de concretização através do diálogo freireano” (FREIRE, 2006, p.392).

A partir dessa breve referência a importantes iniciativas de pesquisa e intervenção, acreditamos que um dos caminhos para se avançar na aproximação entre pesquisa e ação pode ser conhecer melhor os instrumentos de medida que trazem indicadores necessários para um maior e melhor conhecimento da realidade que nos envolve.

No que se refere ao estudo sobre a Paz, é oportuno salientar que existe há mais de uma década um importante material, rico em informações sistematizadas a partir de um instrumento talvez ainda pouco conhecido pela maioria da população. Desse modo, iremos detalhar os principais elementos do Índice Global da Paz na próxima parte deste artigo, sendo o referido Índice responsável por trazer importantes informações para o desenho de novas políticas públicas a contribuir para a promoção da paz global.

3 ÍNDICE GLOBAL DA PAZ (IGP): NECESSÁRIO CONHECER MAIS?

No âmbito geral, os instrumentos de medidas são mais divulgados em rápidas matérias jornalísticas que servem para nos chamar a atenção e depois não nos detemos para realizar uma análise menos superficial do conteúdo desses índices. No caso do IGP, fica a pergunta: afinal, como se medir a paz? No contexto deste artigo tentaremos responder a essa questão. Nosso desejo é difundir o conhecimento a respeito de tal instrumento. No entanto, não apenas para divulgar, sobretudo pretendemos analisar a sua constituição e refletir sobre seus alcances e limitações.

3.1 Definição

O IGP foi criado pelo Institute for Economies and Peace (IEP) com sede em Sidney, Austrália, sendo considerado a principal medida mundial de paz global. O estudo vem sendo realizado por mais de uma década, buscando subsidiar reflexões sobre os impactos da violência e da guerra na economia global. Sobretudo, devemos entendê-lo como instrumento rico e detalhado, que nos oferece elementos para pensar estratégias para o desenvolvimento de sociedades mais pacíficas.

O índice cobre 99,7% da população mundial e é calculado usando vinte e três indicadores quantitativos e qualitativos de fontes altamente respeitadas, cada um ponderado em uma escala de 1 a 5, quanto menor a pontuação, mais pacífico é o país. Os indicadores são distribuídos em três domínios, a saber: Nível de proteção e segurança da sociedade em geral; Conflitos domésticos e internacionais; Grau de militarização.

Em 2022, foi publicado seu décimo sexto relatório, no qual, cento e sessenta e três (163) países participaram da pesquisa, do qual a Islândia aparece como primeiro colocado, sendo considerado o país com maiores esforços para manter a paz. A vitória não foi surpresa, afinal o país ocupa o primeiro lugar no *ranking* desde 2008.

Além de apresentar as conclusões do ano de 2022, o relatório inclui a análise das tendências para a Paz Positiva: as atitudes, instituições e estruturas que criam e sustentam sociedades pacíficas. O documento destaca as mudanças nos indicadores de Paz Positiva, que apresentaram deteriorações ou melhorias. O relatório também avalia as formas através das quais os altos níveis de paz influenciam positivamente indicadores macroeconômicos.

O documento detalha quais são os oito pilares da Paz Positiva, a saber: Baixos níveis de corrupção; Aceitação (respeito) dos direitos dos outros; Governo em bom funcionamento; Altos níveis de capital humano; Boas relações com os países vizinhos; Fluxo livre de informações (transparência); Distribuição equitativa dos recursos; e Ambiente de negócios sólidos. O relatório também assinala a importância dos pilares, que consiste em oferecer o suporte onde o potencial humano pode florescer. No texto, fica assinalado que os pilares interagem de forma complexa e são multidimensionais.

3.2 Resultados Gerais do Índice Geral da Paz, em 2022

De acordo com o relatório do IGP, em 2022, noventa países tiveram seus resultados a melhorar, enquanto 71 a deteriorar-se e dois países mantiveram-se estáveis na tranquilidade. As conclusões do relatório apontam que o nível médio global de paz se deteriorou em 0,03%, de modo que esta foi a décima primeira deterioração nos últimos catorze anos.

Além disso, ainda conforme o relatório do IGP (2022), têm-se resultados preocupantes relativos a Sudão do Sul, Rússia (159º lugar), Rússia (160º lugar), Síria (161º lugar), Iémen (162º lugar) e Afeganistão (163º lugar), que esses são os países menos pacíficos do mundo, sendo que o Afeganistão é considerado o menos pacífico há cinco anos. Em contrapartida, os países que se destacaram pelos melhores índices e ocupam os primeiros lugares são: Islândia (1º lugar), Nova Zelândia (2º lugar), Irlanda (3º lugar), Dinamarca (4º lugar) e Áustria (5º lugar).

Além disso, o documento demonstrou economicamente que o impacto econômico global da violência foi de US\$ 16,5 trilhões em 2021, equivalente a 10,9% do Produto Interno Bruto (PIB) global, o equivalente a US\$ 2.117 por pessoa.

Em relação às principais tendências do Índice de Paz Positiva – 2022, essa melhorou 2,4 por cento globalmente na última década. De acordo com o documento, essa melhoria foi

impulsionada principalmente pelo domínio das Estruturas da Paz Positiva, cujas principais descobertas melhoraram em 8% desde 2009.

Sete dos oito Pilares da Paz Positiva melhoraram desde 2009, a saber: Aceitação dos direitos dos outros; Distribuição equitativa de recursos; Fluxo livre de informações; Boas relações com os vizinhos; Altos níveis de capital humano; Baixos níveis de corrupção humano; Ambiente de negócios sólido; e Governo funcionando bem. Nesse debate, vale destacar que as melhorias nos pilares “Altos níveis de capital humano” e “Bom funcionamento do governo” foram mínimas. Além disso, “Baixos níveis de corrupção” foi o único pilar a se deteriorar, que pode ser um reflexo de uma maior corrupção ou um aumento na conscientização sobre ela em todo o mundo

As maiores melhorias nacionais no Índice de Paz Positiva ao longo da década foram registradas no Uzbequistão, Geórgia, Armênia, Costa do Marfim e Cazaquistão. As maiores deteriorações ocorreram na Síria, Líbia, Venezuela, Iêmen e Sudão do Sul, todos classificados em posições ruins também no IGP 2022, sendo: Síria (161º lugar), Líbia (151º lugar), Venezuela (148º lugar), Iêmen (162º lugar) e Sudão do Sul (159º lugar).

3.3 Desempenho de Portugal e Brasil nos últimos anos

Atualmente, os dois países ocupam posições bem diferentes. Em 2022, Portugal ocupa o sexto lugar no *ranking*, enquanto o Brasil obteve um preocupante 130º lugar. Em 2021, o Brasil ocupou o 128º lugar. No intervalo de um ano, o país desceu duas posições na classificação geral. A que esses resultados se devem? Vamos tentar entender melhor esse cenário acompanhando o desempenho desses países ao longo dos últimos seis anos.

Portugal vem apresentando bons resultados no cenário mundial. Em 2019 e 2020, Portugal alcançou o 3º lugar na lista de países mais pacíficos do mundo, segundo o Global Peace Index (Índice Global da Paz). Dessa vez, no *ranking* de 2022, o país ficou em 6º lugar, o que ainda é ótimo. Tal movimento reflete um clima de expansão que se percebe principalmente na capital Lisboa que se aponta como um dos sítios mais atrativos para o turista e também para o brasileiro que vem, a cada ano, escolhendo tal país como um lugar para morar e viver melhor.

No caso brasileiro percebemos um movimento oposto ao de Portugal, ou seja, os resultados obtidos pelo Brasil indicam uma curva descendente e relativamente contínua. Com um agravamento desse desempenho no ano de 2022, onde perdeu 2 posições, alcançando seu pior resultado no ranking. Tal resultado se deveu a vários fatores de ordem econômica e social. Destacamos o aumento do clima de desrespeito aos direitos das outras pessoas. Como exemplo podemos citar o aumento alarmante de casos de violência doméstica de gênero. Os jovens de periferia também estão expostos a índices altíssimos de violência de todos os tipos indicados por Galtung (2006) na continuidade de seus estudos, na década de 1990.

Vamos conhecer, de forma mais detalhada, a realidade desses dois países na seção a seguir, retomando o período enfatizado no estudo. Assinalando, mais uma vez, que tais informações

assumem inspiração etnográfica, fruto de uma breve imersão no contexto português realizada pela primeira autora do texto, no primeiro semestre de 2019.

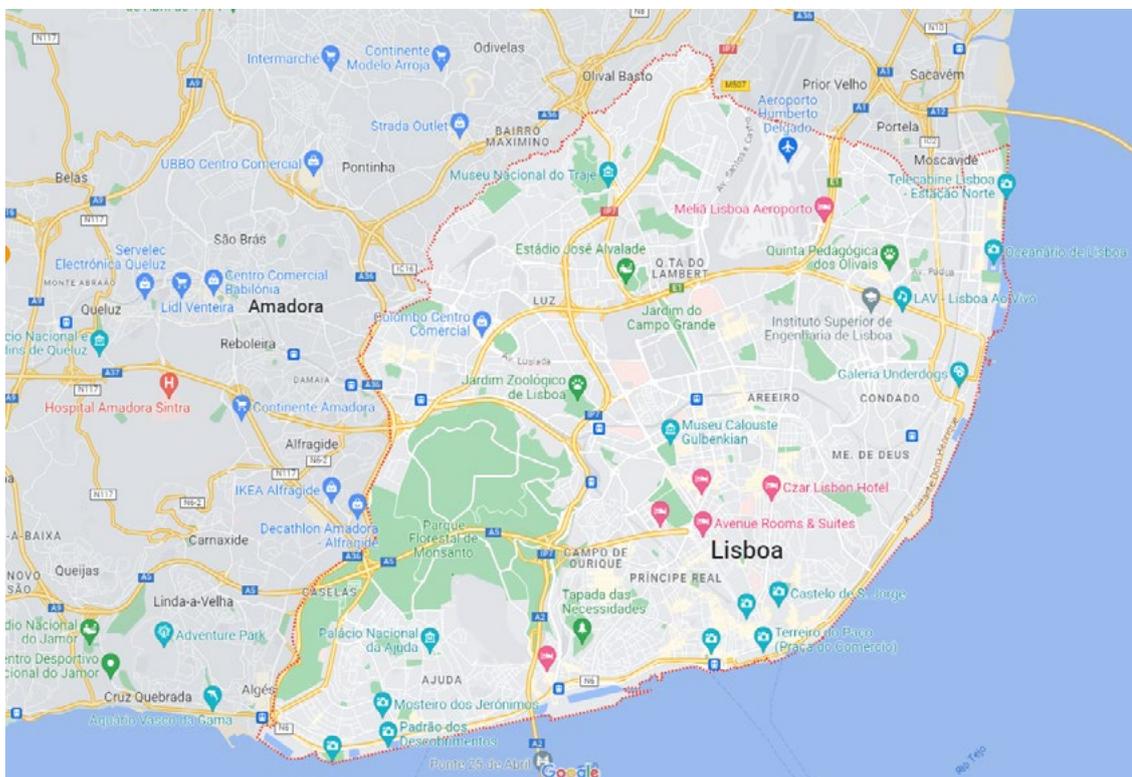
4 MONTANDO O CENÁRIO PORTUGAL E BRASIL: RECORTE LISBOA E FORTALEZA

Portugal guarda em seu passado a forte inclinação para ações de desbravamento marítimo e desenvolvimento mercantil, de modo que essa prática interferiu diretamente na ocupação do solo brasileiro. A relação entre Portugal e Brasil data de priscas eras. Nessa seção vamos dar ênfase no contexto atual, apresentando algumas características peculiares mais especificamente das cidades de Lisboa e de Fortaleza.

4.1 Retrato de Lisboa

Capital de Portugal, Lisboa situa-se na região central do país e no litoral, tem uma extensão territorial de 92.090 km². De acordo com o Portal Lisboa Pordata, sua população residente é de 545.796 habitantes, -0,4% variação face a 2011 (547.733). Desse modo, a Figura 1 lustra a localização de Lisboa, para que o leitor tenha uma ideia do espaço geográfico em pauta neste estudo.

Figura 1 – Mapa de Lisboa, Portugal



Fonte: *Google Maps*. 2023.

No Portal Lisboa Pordata encontramos informações sobre Educação, Saúde, Seguridade Social, Cultura, dentre outros indicadores. O documento foi elaborado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, cujo objetivo é estudar os grandes problemas nacionais e levá-los ao conhecimento da sociedade civil.

De acordo com os estudos do Observatório das Desigualdades do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), Portugal é um país que apresenta altos índices de desigualdade com relação a outros países da União Europeia, pois apenas a Letônia apresenta um resultado mais negativo do que o caso português. Lisboa assume lugar de destaque no quesito de desigualdade de riqueza por habitante (Carmo, 2010) e alguns pontos observados *in loco* ilustram possíveis manifestações de tal desigualdade.

Baseados no que podemos acompanhar pelas manchetes dos jornais, um dos problemas mais recentes seria o que se relaciona ao processo de expansão da procura por imóveis na cidade de Lisboa. Moradores antigos de imóveis alugados estão com dificuldades para renovar contrato de aluguel por conta dos altos preços praticados pelo mercado. Isso gera um fenômeno de ocupação de lugares mais distantes para moradia, também conhecido como o processo de gentrificação (SMITH, 2007).

Durante o primeiro semestre de 2019, quando a primeira autora do texto esteve realizando o estágio de atualização e permaneceu em Lisboa, foi possível observar várias greves e/ou passeatas (manifestações populares). A categoria dos enfermeiros liderou uma extensa greve que afetou todo o sistema de saúde pública, lutando por melhores salários e condições de trabalho.

As manifestações por uma remuneração mais justa e um ambiente de trabalho aprimorado na área da Educação também foram percebidas. Mesmo o governo tendo expressado seu entendimento sobre a relevância da Educação para o desenvolvimento do País, o investimento nessa área parece não ser suficiente para elevar satisfatoriamente o salário dos profissionais desta área. E a população, em geral, ainda carece de boas condições para dar continuidade aos estudos. “Na verdade, a par das disparidades de rendimento, o déficit de escolarização surge como um dos grandes factores de desigualdade da sociedade portuguesa” (CARMO, 2010, p. 96).

No que se refere ao contexto da promoção da paz e diminuição de casos de violência e do que aborda o IGP, ficou evidente a preocupação de vários segmentos da população com o aumento de casos de violência de gênero, em especial a manifestada contra as mulheres, em virtude de explicações como: desigualdade de gênero, cultura de tolerância, falta de conscientização e impunidade. No dia 08 de março de 2019, pude acompanhar várias manifestações pelas ruas de Lisboa, dado que as mídias deram alto destaque ao tema promovendo entrevistas e debates.

4.2 Retrato de Fortaleza

A cidade de Fortaleza está localizada na Região Nordeste do Brasil. Ela é capital do Estado do Ceará e possui 314.930km² de extensão. Sua população estimada, em 2021, é de

2.703.391 habitantes (IBGE, 2021). É a quinta capital mais populosa do país. Tem densidade territorial de 7.786,440hab/km² e a mais próxima da Europa. A distância entre ela e Lisboa é de 5.608 km². Fortaleza é a responsável pela distribuição de todos os dados para o restante do país (PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2023).

Dessa forma, a Figura 2 ilustra a localização de Fortaleza, para que o leitor tenha uma ideia do espaço geográfico em pauta neste estudo.

Figura 2 – Mapa de Fortaleza, Brasil



Fonte: *Google Maps*. 2023.

Fortaleza está dividida administrativamente em sete Secretarias Executivas Regionais. Essas regionais abrigam 121 bairros. Essa divisão entrou em vigor no ano de 1997 e permanece em vigor atualmente (PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2023).

De acordo com o relatório do PNUD em 2010, Fortaleza tem o IDHM de 0,754 ocupando o 467º lugar dentre o total de 5.565 municípios do Brasil. Com relação às outras capitais integrantes da Região Nordeste, Fortaleza fica com pontuação menor do que Recife, Aracaju, São Luís, Natal, João Pessoa e Salvador (PNUD, 2010).

No contexto da promoção da paz e diminuição de casos de violência e do que aborda o IGP, traremos algumas informações sobre fatos recentes do cotidiano da cidade de Fortaleza.

No início do ano de 2019, Fortaleza foi tomada por um conjunto de atos violentos, principalmente com relação a vários casos de incêndio de transportes públicos e confrontos entre policiais e membros de facções criminosas. O comando dessas ações partia de dentro dos presídios e a intenção era pressionar o novo secretário de segurança pública recém empossado e que prometera em seu discurso de posse endurecer o combate ao tráfico de drogas. O fato é

que, para os moradores de toda a cidade, isso já vem acontecendo há um longo tempo, uma vez que estão vivendo cada vez mais amedrontados pelos constantes e progressivos episódios de violência.

Em 2016 uma comissão reunida pela Assembleia Legislativa formou o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Este grupo elaborou um vasto diagnóstico sobre os homicídios de jovens no Estado do Ceará, incluindo a cidade de Fortaleza e alguns municípios que compõem a região metropolitana. O estudo buscou conhecer em profundidade o problema, de modo que ao final do trabalho o grupo apresenta recomendações de ações necessárias para cada evidência destacada na investigação. Vamos citar algumas destas evidências e as respectivas recomendações.

A primeira evidência encontrada diz respeito à vulnerabilidade das vítimas. O relatório recomenda que possam ser desenvolvidas ações de apoio e proteção às famílias vítimas de violência. Nesse mesmo contexto, percebeu-se a ausência de atendimento à rede de amigos e familiares dos adolescentes assassinados. O relatório recomendou a ampliação de programas e projetos sociais a adolescente vulnerável ao homicídio.

No que se refere ao contexto educacional, o relatório do IGP (2022) apresenta a seguinte evidência: abandono escolar. O documento sugere que seja adotada a busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar, isto é, estratégias proativas para identificar e abordar estudantes que estão em risco de abandonar a escola, garantindo sua participação contínua na educação. Nesse debate, Freire (2006) destaca a importância de abordagens pedagógicas centradas no aluno e na relevância social da educação, como uma forma de enfrentar o abandono escolar, destacando a importância da participação ativa dos educadores, políticas educacionais inclusivas e métodos pedagógicos relevantes para os alunos.

Com relação a um ponto que se relaciona proximamente com o conceito de Paz Positiva, o relatório aponta a existência de uma vida comunitária conflituosa. Esse vínculo sugere que, em determinados contextos, a busca pela Paz Positiva pode ser comprometida pela presença de conflitos na vida comunitária. Embora o conceito de Paz Positiva geralmente envolva a construção de relações sociais harmoniosas e a promoção do bem-estar coletivo, a presença de conflitos na vida comunitária pode representar um desafio significativo para a realização desses objetivos. Isso levanta questões importantes sobre como reconciliar a busca pela Paz Positiva com a gestão eficaz de conflitos dentro das comunidades.

Apresentamos agora a problemática da violência contra à mulher a ser detalhada mais profundamente por reconhecermos sua importância e urgência em pensar medidas de enfrentamento mais eficazes. Em Fortaleza, um caso emblemático, reconhecido internacionalmente, está intrinsecamente ligado à luta pelos direitos da mulher e serviu como a pedra angular para a criação da Lei Maria da Penha, uma legislação nacional promulgada em 2006 como resultado da mobilização incansável de Maria da Penha Maia Fernandes (ALMEIDA; FERREIRA, 2021).

Em complemento ao dantes posto, no ano de 1983, Maria da Penha foi vítima de uma

tentativa de homicídio perpetrada por seu cônjuge, resultando em um quadro de paraplegia. O impacto desse evento foi fundamental não apenas na vida de Maria da Penha, mas também na configuração do panorama legal brasileiro relacionado à violência de gênero. A criação da Lei Maria da Penha representa um marco significativo na luta pelos direitos das mulheres, simbolizando um compromisso mais robusto do Estado em enfrentar e prevenir a violência doméstica (ALMEIDA; FERREIRA, 2021).

Infelizmente, como assinalam Almeida e Ferreira (2021), essa exemplar legislação não foi suficiente para gerar a diminuição de casos de violência contra mulheres devido à falta de efetiva implementação e fiscalização. Para melhorar a eficácia, é crucial investir em recursos para a aplicação rigorosa da lei, sensibilização da sociedade e fortalecimento de redes de apoio às vítimas.

Seguindo a tendência nacional, Fortaleza presencia o crescente número de casos de violência contra mulheres. No entanto, vale ressaltar, que contamos com bons equipamentos públicos que oferecem apoio em vários níveis para as mulheres. É o caso da Delegacia das Mulheres, Centro de Referência para Mulheres e a recém-criada Casa da Mulher Brasileira.

Paralelo a esses casos preocupantes, observamos o crescimento de um movimento em vários pontos da cidade. São exemplos deste fenômeno a Feira Ecológica do Bairro Benfica, a Feira Ecológica do Centro Frei Humberto e a Feira Muda Meu Mundo. Elas buscam, cada uma com suas peculiaridades, desenvolver uma crítica ao sistema capitalista e nos aproximar da ótica do Bem Viver, indicando uma reflexão relevante sobre alternativas socioeconômicas e culturais mais sustentáveis e centradas no bem-estar coletivo (ACOSTA, 2016).

5 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO PARA PENSAR NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gostaríamos de chamar a atenção sobre o entendimento de que a construção da paz global pode acontecer também via desenvolvimento de políticas públicas, sendo estas: “um conjunto de procedimentos formais e informais que expressa a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum” (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 289). Nesse contexto, as políticas públicas são reconhecidas como ferramentas essenciais para promover a paz, resolver conflitos e contribuir para o bem-estar coletivo.

Na direção desta pluralidade de posicionamentos sobre o que seria uma Política Pública, destacamos que “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26). Isso destaca o papel fundamental das políticas públicas como instrumentos para traduzir compromissos democráticos em impactos concretos na sociedade, ressaltando a responsabilidade dos governos em efetivar mudanças palpáveis e atender às expectativas dos eleitores.

Tais mudanças, resultados de programas e ações, não são implementadas de forma aleatórias. Há todo um campo de forças e de interesses que não pode ficar ao largo de nossas

investigações. Quais critérios para priorizar tais demandas? Estudiosos portugueses indicam que devemos ter em mente a seguinte diretriz “O investimento em capital humano é, sem dúvida, um aspecto prioritário das políticas públicas” (CARMO, 2010, p. 96).

Dessa forma, entendemos que o horizonte de cada política pública idealizada poderia ser a promoção da paz (MINGOL, 2018; OLIVEIRA, 2017). No entanto, não esquecendo o risco de reduzir esse amplo contexto de construção de uma cultura de paz a uma questão meramente pragmática de resolução de problemas, uma vez que “os estudos para a paz tornaram-se assim em conhecimento útil para a pacificação de um sistema estruturalmente violento” (PUREZA, 2011, p.17).

Reforçando tal perspectiva, Paulo Freire (2005) já advertia que devíamos buscar a implementação da Justiça Social, da área educacional para todas as relações sociais pautadas no respeito e no diálogo. Essa atitude implica reconhecer que o outro não é seu oponente, mas pode ser companheiro de jornada. E para que isso se estabeleça não se faz necessário pensar de forma homogênea. Na pluralidade de pensamentos reside a riqueza do diálogo e a força para a construção do novo e diverso (ALVES; SORRENTINO, 2010).

Em resumo, entendemos que o exercício de pensar a paz deve ser entendido como um aspecto além da dimensão individual ou pessoal. Devemos buscar romper o caráter monológico e alcançar o patamar dialógico da construção da paz para que possamos também assumir patamares para a promoção de uma Paz Global. O caminho para criar tais condições poderá incluir a criação de novas políticas públicas amparadas na concepção de Felicidade Pública (RIVERO; D’ARAÚJO; MARUJO, 2013), que propõe a superação de uma visão individual e particular.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para este tópico do texto, gostaríamos de lembrar um pressuposto basilar em nossas reflexões: acreditamos ser necessário conhecer bem para melhor intervir. Desta forma, os resultados sistematizados no relatório anual do IGP servem de excelente subsídio para que possamos conhecer mais a realidade de vários países, incluindo o Brasil nesse cenário.

No entanto, precisamos nos apropriar melhor a respeito desse instrumento (IGP) e provocar mais debates para que se possa ampliar o número de pessoas a conhecê-lo e usá-lo para embasar reflexões sobre políticas públicas orientadas pela ótica da promoção da cultura de paz. Numa perspectiva geral, precisamos ampliar nosso leque para utilização de novos índices para aprofundar conhecimentos em questões urgentes.

Ao finalizarmos o texto, acreditamos ter cumprido nosso objetivo inicial, que reside em analisar os resultados do IGP, abordando mais diretamente os anos de 2018, 2019 e 2022. Deixamos expresso aqui nossa vontade de que mais pessoas conheçam o instrumento e explorem mais as informações reveladas em seus relatórios anuais. Acreditamos em sua potência e desejamos que nosso trabalho contribua, em parte, para a sua maior divulgação, assim, incentivando a produção de novas pesquisas que tragam o IGP como temática principal.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016
- ALMEIDA, C. L.; FERREIRA, K. C. A. A violência doméstica e familiar contra a mulher à luz da Lei Maria da Penha. **Revista Científica Multidisciplinar do CEAP**, v. 3, n. 2, p. 9-9, 2021.
- ALVES, D; SORRENTINO, M. **Felicidade e seu papel nos Processos Educadores**: um diálogo necessário na busca de indicadores de sustentabilidade socioambiental. V ANPPAS, Florianópolis, SC. 2010.
- BRANCO, Ângela; OLIVEIRA, M. **Diversidade e Cultura de Paz na Escola**: contribuições na perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA (Brasil). In: Câmara Municipal de Fortaleza. **Papel da Câmara**. Disponível em: <https://www.cmfor.ce.gov.br/institucional/papel-camara/>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (Portugal). In: Câmara Municipal de Lisboa. **Papel da Câmara**. Disponível em: <https://www.lisboa.pt/municipio/camara-municipal>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA (Ceará). In: Assembleia Legislativa do Ceará. **Relatório Cada Vida Importa**. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/relatorio-final-cada-vida-importa/>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. (42ª edição). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, A. **Educação para a Paz segundo Paulo Freire**. Revista Educação. Porto Alegre, ano XXIX, n.2, 2006.
- FREIRE, M; LOPES, P. **Reconceptualizar a paz e a violência**: uma análise crítica. Revista Crítica de Ciências Sociais. n.82. 2008.
- GALTUNG, J. **Violence, Peace and Peace**. Research. Journal of Peace Rsearch. Vol. 6. Nº 3. 1969. p. 167-191.
- GUIMARÃES, M. **Cidadãos do presente**: crianças e jovens na luta pela paz. São Paulo: Saraiva, 2002.
- INDEX GLOBAL PEACE 2022. In: Index Global Peace 2022. **Index Global Peace 2022**. Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2022/06/GPI-2022-web.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. Fortaleza. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>. Acesso em: 03 mai. 2023.
- JARES, X. **Educação para a Paz**. Porto Alegre: ArtMed. 2002.
- MATOS, K. **Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade IV**. Fortaleza: Ed. UECE. 2017.

- MINGOL, I. **Desafios para la paz em um mundo globalizado**. Por uma ciudadanía cosmopolita y cuidadora. *Organicom*. Ano 15. Nº 28. 1º sem 2018.
- OLIVEIRA, G. **Estudos da Paz**: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. *Revista Carta Internacional*. V.12, n.1, 2017. p.148-172.
- PUREZA, J. M. **O Desafio Crítico dos Estudos da Paz**. *Relações Internacionais*. Dez.2011. p.05-22.
- PNUD. In: PNUD. **Relatório 2010**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200010.html>. Acesso: 08 ago. 2020.
- PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **A cidade**. 2023. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/a-cidade>. Acesso em: 03 mai. 2023.
- PORTAL LISBOA PORDATA. **Municípios**. Lisboa. 2023. Disponível em: <https://www.pordata.pt/municipios>. Acesso em: 03 mai. 2023.
- RIVERO, C.; D'Araújo, M. Marujo, H. Moral e Felicidade: possibilidades para uma sociedade equifeliz. *ECOS.*, v. 3, n. 2, 2013.
- SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 11, n. 1, p. 15-31, 2007.
- SOUZA, Celine. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- SORRENTINO, Marcos et al. Educação Ambiental como Política Pública. *Educação e Pesquisa (USP)*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.
- VISION OF HUMANITY. **Global Peace Index**. 022. Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>. Acesso em: 03 mai. 2023.
- WILBERG, H. Investigação para a paz: passado, presente e futuro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 71, Jan/Jun., 2005.